

Sentido e Verdade no *Tractatus* de L. Wittgenstein*

Raul F. Landim Filho

Curioso destino teve o *Tractatus* (2). Recusado por diversos editores durante um período de três anos, foi finalmente publicado graças à decisiva intervenção de B. Russell (3). Editado, logo consagrou um estilo de filosofia que influenciou não só o pensamento anglo-saxônico, como também um grupo de cientistas e filósofos que naquela época começaram esboçar o ambicioso projeto neo-positivista (4). Tão surpreendente quanto a acolhida dada a um livro que mal conse-

(*) Conferência realizada na UNICAMP no Encontro de Filosofia das Ciências em novembro-79.

(2) Wittgenstein, Ludwig *Tractatus Logico-Philosophicus*. Ed. Bilingue (alemão/inglês). Tradução de D.F. Pears e B.F. McGuinness, London, Routledge & Kegan Paul, 1961.

(3) Sobre a história da publicação do *Tractatus* ver: von Wright, G.H. "Historical Introduction: The Origin of Wittgenstein's *Tractatus*" in *Prototractatus. An early version of Tractatus Logico-Philosophicus*, edição de B.F. McGuinness, T. Nyberg e G.H. von Wright. London Routledge & Kegan Paul, 71. p.2-34.

guira um editor, foi o rápido declínio da sua influência. Hoje o *Tractatus*, tendo conhecido a glória e o esquecimento, se encontra à disposição dos historiadores e dos arqueólogos no mausoléu dos clássicos que perderam momentaneamente a atualidade.

Uma aparente ambigüidade na estrutura do *Tractatus* (5) pode ter contribuído para o seu prematuro abandono. O livro tem ao mesmo tempo uma dimensão *crítica* (no sentido de que a filosofia é compreendida como uma atividade, um instrumento de análise conceitual, e não como uma teoria, um conjunto sistemático de enunciados verdadeiros) e *especulativa*, (que o aproxima muitas vezes das reflexões da metafísica clássica). Segundo a 'ontologia' do *Tractatus* o mundo é a totalidade dos fatos (Pr. 1,2, 2.04), os fatos a conexão de objetos (Pr. 2-2.01), os objetos substancias imutáveis da realidade. Entretanto, não é função da filosofia descrever o real, mas traçar os limites do dizível, isto é, estabelecer as condições do discurso significativo (Pr. 4.112). Significativas são as proposições verdadeiras ou falsas, isto é, as proposições descritivas das ciências (Pr. 4.11-4.111). A filosofia é portanto uma *crítica* (mostra apenas a forma) da linguagem. (Pr. 6.53-6.54).

Esta ambigüidade é ainda reforçada pelo tipo de exposição adotado por Wittgenstein. Como as proposições iniciais do *Tractatus* (Pr. 1.2063) são consideradas como 'ontológicas', a ordem de exposição

- (4) Ver Waisman, Friedrich. *Ludwig Wittgenstein y el Circulo de Viena*. Tradução de Manuel Arbolé. Mexico, Fundo de Cultura Econômica, 73, p.8-27; e Carnap, Rudolf "Autobiography" in *Ludwig Wittgenstein The Man and His Philosophy*, ed. K. Fann. New Jersey, Humanities Press - 67, p. 33-34.

- (5) A estrutura do *Tractatus* é por demais conhecida. São sete proposições fundamentais.

"1. Die Welt ist alles, was der Fall ist".

"2. Was der Fall ist, die Tatsache, ist das Bestehen von Sachverhalten".

"3. Das logische Bild der Tatsachen ist der Gedanke".

"4. Der Gedanke ist der sinnvolle Satz".

"5. Der Satz ist eine Wahrheitsfunktion der Elementarsätze. (Der Elementarsatz ist eine Wahrheitsfunktion seiner selbst)".

"6. Die allgemeine Form der Wahrheitsfunktion ist: $[p, x, N(x)]$. Dies ist die allgemeine Form des Satzes".

"7. Wovon man nicht sprechen kann, darüber muss man schweigen".

O significado destas proposições básicas é explicado pelas proposições n.1, n.2, etc., onde $n = 1 \dots 7$. Se n e m são números inteiros arbitrários, $n.m.1$, $n.m.2$, etc. explicitam a proposição $n.m$.

(indicada pela numeração das proposições (6)) poderia exprimir uma prioridade lógica da dimensão especulativa sobre a dimensão crítica. Assim, considerando as 'proposições básicas' (numeradas pelos inteiros positivos de 1 à 7) como encadeadas numa ordem crescente de importância, a análise da ligação (que se inicia à partir da proposição 3) dependeria dos 'princípios metafísicos' anteriormente enunciados. Alguns comentadores, identificando a ordem da exposição com a ordem lógica das razões, transformam o *Tractatus* num livro basicamente especulativo (7).

Mas, Wittgenstein é também um pensador próximo à tradição clássica da filosofia crítica pela sua ambição de traçar rigorosamente os limites entre o exprimível, "o que pode claramente ser dito", e o inexprimível, objeto do místico. Naquela época, graças à influência de Frege, delimitar estas fronteiras consistia em analisar a relação da linguagem com a realidade sob dois aspectos: (i) o da possibilidade da representação como descrição lingüística (simbólica e convencional) do real; (ii) o da correspondência (objetividade) da representação à realidade. Portanto, delimitar as fronteiras do 'dizível' significava formular uma teoria do sentido e da verdade, e analisar, ao mesmo tempo, a conexão e a independência destas duas noções. Tal é o objetivo de um dos primeiros escritos filosóficos de Wittgenstein (8), que formula com simplicidade um dos temas centrais da sua obra:

"... nós somos capazes de compreender uma proposição sem saber se ela é verdadeira ou falsa. O que nós sabemos quando compreendemos uma proposição é o seguinte: nós sabemos o que é o caso se ela é verdadeira; e o que é o caso se ela é falsa. Mas nós não sabemos necessariamente se ela é atualmente verdadeira ou falsa".

(6) Sobre o problema da numeração das proposições do *Tractatus* ver:

(a) Stenius, Erik - *Wittgenstein's Tractatus*. Oxford, Basil Blackwell, 1964, p. 3-17.

(b) (i) Aenishanslin, Markus - "La structure cyclique du *Tractatus* de Wittgenstein", in e

(ii) Moreno, Arley - "Le système de numérotation du *Tractatus*", in *Systèmes Symboliques, Science e Philosophie*. Paris, Edições do CNRS - 1978.

(7) Ver especialmente Klemke, E. "The ontology of Wittgenstein's *Tractatus*" in *Essays on Wittgenstein*, ed. E. Klemke Chicago, University of Illinois Press, 71 "... is the world with which Wittgenstein is primarily concerned. *Tractatus* is chiefly a treatise of metaphysics". p. 104.

Ver também Fogelin, Robert. *Wittgenstein*. London, Routledge & Kegan Paul, 76.

(8) Wittgenstein, Ludwig. "Notes on Logic" in *Notebooks - 1914-1916*. (ed. G. H. von Wright e G.E.M. Anscombe). Oxford, Basil Blackwell - 69 p. 94.

A noção de sentido diferencia-se portanto da noção de verdade, embora as frases significativas sejam ou bem verdadeiras ou bem falsas. O sentido da frase não é assim fixado independentemente das condições de verdade, embora possa ser determinado independentemente do seu atual valor de verdade. Portanto, só as frases que podem ser verdadeiras ou falsas têm sentido; pode-se compreender uma proposição verdadeira ou mesmo falsa, mas não se pode compreender uma proposição que não é nem falsa, nem verdadeira.

A idéia central desta tese, que terá uma formulação menos contundente e mais precisa na teoria pictórica da proposição, é a de definir o sentido de uma frase pelas suas condições de verdade. É assim uma versão realista (9) e essencialista da teoria do significado, pois fixa o sentido da frase independentemente da ação dos interlocutores como sujeitos lingüísticos ou como sujeitos históricos. Além disso, formulada num quadro clássico da lógica bivalente, restringe em demasia o ambicioso projeto crítico do *Tractatus* de traçar definitivamente os limites do discurso significativo. Pois "o que pode ser claramente dito" são agora apenas as frases suscetíveis de terem valor de verdade.

Assim, um estudioso da filosofia da linguagem contemporânea e conhecedor da atual complexidade das diversas teorias do sentido não se surpreenderá com o 'esquecimento' a que foi condenado o *Tractatus* em razão do aparente dogmatismo das suas teses.

Sem preocupação de uma análise estritamente histórica, pretendemos neste artigo mostrar que a filosofia da linguagem do *Tractatus* não pressupõe qualquer *teoria do real*, apesar de neste livro serem usados alguns termos característicos da tradição metafísica, e alguns enunciados, que em razão destes termos, podem ser considerados como asserções de uma teoria ontológica. A filosofia da linguagem tem uma *prioridade lógica* sobre qualquer outra teoria, e deve ser compreendida a partir da noção de representação (quadro), definida a partir das proposições 2.1-2.11. A leitura do *Tractatus* deve aí se iniciar. Entretanto, na definição de representação certos termos como "fato", "objeto", "substância", etc. são utilizados. Para evitar imprecisões o autor fixa o significado destes termos. Tal é o objetivo dos enunciados que antecedem a proposição 2.1.

(9) Ver Dummett, Michael. "Truth" e "Realism" in *Truth and Other Enigmas*. Duckworth, London 78, p. 1-24 e p. 145-165 respectivamente.

Pretendemos ainda mostrar que é possível interpretar a teoria do sentido de Wittgenstein I não como uma teoria que procura fixar critérios gerais que delimitam as fronteiras entre o discurso significativo e o não significativo, mas elucidar as condições lógico-lingüísticas que certas expressões devem satisfazer para poderem ser utilizadas como asserções verdadeiras ou falsas. O tema central do *Tractatus* é portanto a *asserção*, é pois a questão do sentido na sua conexão com a verdade.

I - Teoria Pictórica da Proposição

Duas teses centrais, e inter-relacionadas, são apresentadas ao longo do *Tractatus*.

- (1) a teoria pictórica da proposição, ou, a proposição como quadro, imagem, figuração dos estados de coisas; tese esta que permite elucidar o problema do sentido.
- (2) a linguagem como constituída de proposições que são funções de verdade.

Ao lado destas duas teses, uma outra não menos importante, mas raras vezes explicitamente formulada, e que fixa o significado das duas anteriormente mencionadas, é a da univocidade do sentido. Sobre ela refletiremos mais tarde.

Em virtude do caráter de função de verdade das proposições da linguagem (11) "é óbvio que graças à análise das proposições devemos chegar às proposições elementares" (Pr. 4.221); e se todas as proposições elementares forem dadas, a partir delas poderemos formar todas as proposições (Pr. 4.51). Obtem-se portanto uma completa descrição do mundo se forem fixadas as proposições elementares verdadeiras (Pr. 4.26), já que estas afirmam a existência de um estado de coisas, isto é, de um fato atômico (Pr. 4.25 e 4.21).

(10) Ver Dummett, Michael. "What is a Theory of Meaning" in *Mind and Language*, / Claredon-Press - 75, p. 97-137.

Grice, H. "Meaning" in *The Philosophical Review*, vol. LXVI, n° 3-1957, p. 377-88.

Searle, John. *Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge 69, p. 22-53.

Evans, Gareth and McDowell, John (ed.). *Truth and Meaning Claredon Press Oxford*, 76.

(11) Como discípulo de Frege, Wittgenstein postula que a unidade linguística dotada de significado é a frase e não a palavra.

O problema do sentido se reduz pois à análise da proposição *elementar*.

Uma proposição (elementar) diz Wittgenstein “. . . *mostra* como as coisas estão (conectadas) se ela é verdadeira. E ela *afirma* (sagt) que as coisas estão assim” (Pr. 4.022).

Mostra o seu sentido, “representa (darstellt) esta ou aquela situação”, (Pr. 4031), e *afirma* (sagt) a sua representação. E a representação consiste na “descrição (Beschreibung) de um estado de coisas” (Pr. 4.023).

A análise desta dupla função da proposição, descritiva e assertiva, nos conduz ao estudo da Teoria da Representação (Quadro) (12), sob dois aspectos:

- 1) Em que condições uma representação é possível?
- 2) Em que condições é possível afirmar uma representação?

Em termos mais adequados ao estilo do *Tractatus* duas questões devem ser analisadas:

- 1) Sob que condições um fato, uma conexão de elementos, é um quadro (uma representação)?
- 2) Em que condições um quadro é uma proposição?

II - Fato como Quadro (Representação)

A origem da hipótese do quadro ser uma proposição e da proposição ter uma dimensão pictórica, portanto a origem da teoria pictórica da proposição, é relatada por G. Wright no seu conhecido resumo biográfico (13), e retomado pelo próprio Wittgenstein no seu diário em 29/9/14 (14). Ao ver num jornal o esquema de um acidente automobilístico, Wittgenstein intui que este esquema pode ser usado como uma proposição. A representação deste fato, o acidente automobilístico, consiste não só na substituição dos automóveis por desenhos particulares, como também na apresentação da conexão entre os elementos que substituem no esquema os automóveis. Com efeito, o fato do acidente não consiste simplesmente na existência dos objetos, mas no modo determinado pelo qual estão inter-relacionados.

(12) O termo “quadro” (das Bild) poderia ser traduzido como “Figuração”, “Modelo”, “Representação”, etc.

(13) Malcolm, Norman - *Ludwig Wittgenstein A Memoir with a Biographical Sketch by G.H. von Wright*. Oxford Univ. Press, 1975, p. 7-8.

(14) Wittgenstein, L. (Notebooks), op. cit., p. 7.

Um quadro, um esquema, *apresenta* assim uma situação possível, isto é, um estado de coisas subsistente ou não (Pr. 2.11).

Quais são as condições de uma representação?

(1) Primeiramente deve-se notar que uma representação somente acessível àquele que é o seu produtor não é verdadeiramente uma representação. Esta deve ser pública; nos termos de Wittgenstein, um fato (Pr. 2.141).

(2) Um fato para se transformar numa representação deve ainda ter os seus elementos considerados como substitutos dos objetos. São assim os elementos da representação *signos*, isto é, objetos materialmente perceptíveis, e símbolos, isto é, designadores de objetos outros que eles mesmos (Pr. 2.13, 2.131).

(3) Mas não é ainda suficiente para que se transforme um fato numa representação que os seus objetos sejam símbolos. É a conexão dos elementos que deve traduzir, segundo certas regras convencionais, a concatenação dos estados de coisas representados. Que os elementos do quadro estejam relacionados uns com os outros representa que as coisas estão assim relacionadas umas com as outras (Pr. 2.15).

Um fato só é portanto representativo se ele é interpretado. Esta interpretação consiste em regras de correspondência bi-unívocas que associam cada elemento da representação a um objeto. Wittgenstein denomina esta regra de correspondência de Relação Pictorial (Relação Afigurante = Die Abbildende Beziehung) (15).

Em cada representação está definida convencionalmente uma função bi-unívoca que correlaciona os elementos do quadro com os objetos do estado de coisas. Mas a representação é uma *estrutura*, uma conexão atual de elementos (um fato). E como já foi assinalado, a representação não consiste simplesmente em simbolizar os objetos, mas em *preservar* convencionalmente na estrutura representante a estrutura dos estados de coisas representados. É certo que, definida a Relação Pictorial, uma mesma conexão de diferentes elementos, ou diferentes conexões dos mesmos elementos, podem representar, correta ou incorretamente, um mesmo estado de coisas. Em outros termos, fixada a Relação Pictorial, diferentes estruturas podem representar um mesmo estado de coisas.

(15) Ver Pr. 2.153 - 2.1515.

Para dar conta disto, Wittgenstein introduz a noção de Forma Pictorial (Die Form der Abbildung). Inicialmente definida como "a possibilidade da estrutura" (pr. 2.033), a sua noção é precisada na Pr. 2.151: "a possibilidade de que as coisas estejam umas em relação as outras como os elementos da figuração (quadro)" (16).

A Forma Pictorial explica assim como uma pluralidade de estruturas pode representar um mesmo fato possível, e portanto como uma representação pode ser representação *incorreta* deste fato. É interessante assinalar que sem levar em consideração a noção de Forma Pictorial e Relação Pictorial não se pode compreender a afirmação de que uma representação apresenta incorretamente um fato (Pr. 2.17). É a Relação Pictorial que torna tal estrutura representação de tal estado de coisas, correlacionando os elementos da representação com os objetos do fato. Este correlacionamento transforma o fato num quadro (Pr. 21.513) mesmo se a conexão não for preservada, o que a torna uma representação incorreta.

A Forma Pictorial é o que há de comum entre a representação e o estado de coisas (Pr. 2.17). Mas a representação não é uma reprodução de um fato possível, mas a sua re-apresentação, sua recriação simbólica. A Forma Pictorial é assim uma Forma de Representação (Die Form der Darstellung) (Pr. 2.173). O que há de comum entre todas as Formas Pictoriais é de serem elas Formas Lógicas, formas que determinam as estruturas possíveis de representação (Pr. 2.202 . 2.203). E a Forma Lógica é a Forma de Realidade (Pr. 2.18).

Proposição de difícil interpretação que relembra afirmações da filosofia clássica, mas que em Wittgenstein é apenas uma conclusão da sua argumentação lingüística. Com efeito, se um fato é a representação de um estado de coisas, deve haver algo de comum entre o fato representante e o estado de coisas representado para que a representação seja representação deste estado de coisas. O *comum* não pode ser encontrado nas estruturas que são diferentes em razão dos seus objetos: elementos simbólicos na representação, *coisas* do fato possível. A identidade da representação e do representado não pode ser procurada nem na materialidade das coisas do fato possível, nem na dimensão material-simbólica dos elementos do quadro. Tão pouco na conexão apenas preservada por convenção (e não reproduzida) na representação.

(16) Die Form der Abbildung ist die Möglichkeit, dass sich die Dinge so zu einander verhalten, wie die Elemente des Bildes.

O comum às duas estruturas — o quadro e o fato possível — é o que delas resta quando não são mais analisadas e diferenciadas pela materialidade sensível e perceptível dos seus elementos e pela concatenação atual e determinada dos objetos. Isto é, quando as duas estruturas são consideradas abstratamente, como conexões indeterminadas de objetos possíveis (e não atualmente perceptíveis). As estruturas são assim identificadas como isomórficas. Note-se que o isomorfismo se dá entre fato (representação), e um estado de coisas que pode não existir atualmente (17). Isto explica a possibilidade de uma representação incorreta.

III — Proposição, Representação e Asserção

Resta-nos refletir sobre a seguinte questão: Em que condições um quadro é uma proposição?

Analisaremos esta questão em dois níveis:

(2.1) Sob que condições uma frase é uma representação; e

(2.2) Como uma frase significativa torna-se uma proposição?

Uma palavra, ou um conjunto de palavras nada representa "somente fatos podem exprimir um sentido; uma classe de nomes não pode" (Pr. 3.142).

É portanto a frase e não o nome que deve ser analisado.

A frase é uma concatenação, articulação, de palavras. É portanto um fato, algo de publicamente perceptível. Os seus elementos, as palavras, são signos simples e primitivos. Signos que não podem ser decompostos, analisados ou definidos, mas elucidados por expressões que contêm ocorrências deste mesmos signos. (Pr. 3.26, 3.263).

Estes elementos simples da frase se transformam em nomes quando por convenção são associados, no contexto da própria frase, a objetos. "Um nome denota (bedeutet) o objeto. O objeto é a sua denotação". (Pr. 3.203).

(17) A Representação sempre apresenta uma possibilidade, e é assim isomórfica a ao menos um fato possível. Ela pode ser representação incorreta do fato, de um estado de coisas existente. É representação deste fato em razão da Relação Pictorial. É representação incorreta por não ser isomórfico, por não preservar a conexão atual dos objetos do fato.

Sendo a frase uma articulação de nomes, ela é uma estrutura. Definidas as regras de correspondência, esta estrutura agora interpretada, preserva logicamente a conexão dos estados de coisas. Se 'aRb' é uma frase elementar 'a' e 'b' nomes, em razão do símbolo 'a' estar numa certa concatenação (expressa pela inscrição R) com o símbolo 'b' pode-se representar que o objeto *a* está concatenado com o objeto *b*. Wittgenstein assim explica e resume a frase na sua função significativa: "Um nome apresenta uma coisa, outro nome, outra coisa, e eles estão combinados uns com os outros de tal modo que o todo — como quadro vivo — representa (*vorstellt*) um estado de coisas" (Pr. 4.0311).

Se a frase como fato torna-se significativa, isto é, representativa, graças às regras de correspondência, a frase significativa *projeta como fato* um estado de coisas possível, e com isto transforma-se numa proposição. "A proposição é o signo proposicional (a frase) em sua relação projetiva com o mundo" (Pr. 3.12).

Como se desenrola este processo de projeção?

Wittgenstein diz que a forma geral da proposição é: "Isto é como as coisas estão" (Pr. 4.5). Todo o problema se resume na explicação da ocorrência do termo "isto" na frase anterior.

Desde o seu texto "Notes on Logic", Wittgenstein introduz a noção de bi-polaridade do sentido. Pode-se usar uma mesma representação para dizer duas coisas diferentes. (i) Dizer que a representação é um fato (sentido positivo), ou (ii) dizer que a representação é apenas um estado de coisas possível, isto é, um fato inexistente (sentido negativo). No primeiro caso, usa-se da representação e afirma-se: "Eis como as coisas estão". No segundo caso, afirma-se: "Eis como as coisas não estão". Em ambos os casos entretanto, trata-se do uso da

mesma representação, ora afirmada como um fato existente, ora afirmada como um fato inexistente (18).

Tome-se como exemplo a expressão "A Lua é maior do que a Terra". No sentido positivo afirma-se: "Isto (a representação) é um fato", (o que evidentemente é falso). Por outro lado, usando a mesma representação pode-se afirmar que a situação representada não subsiste: "Isto não é um fato". Neste caso sabe-se qual é a situação mencionada (como fato possível), e se sabe em razão da representação. Só se pode 'falar sobre' o inexistente pela menção de uma situação que é apenas uma representação.

Este duplo sentido da proposição permite uma distinção mais clara ainda entre as noções de sentido e verdade. Ao se afirmar: "Isto (a Lua é maior do que a Terra) não é um fato" conhece-se a situação mencionada pela representação, e asserse a representação como fato inexistente. Esta asserção é verdadeira, e a situação mencionada apenas uma representação. O sentido é pois a representação que pode ser usada pela asserção de dois modos diferentes: o positivo é o negativo. E qualquer um destes modos pode ser verdadeiro ou falso. A verdade não é apenas uma adequação de representação ao real, mas a concordância entre o dizer, o sentido e o real.

IV – A tese da univocidade do Sentido

A Teoria Pictórica da proposição mostrou ser uma hipótese útil e original. Útil porque elucida o problema do sentido e da verdade, porque mostra como a negação de uma proposição e a própria proposição mencionam uma mesma situação, enfim porque explica a função comunicativa da linguagem. Sobre este último ponto deve ser assinalado, que a proposição comunica aquilo que representa. Se os sujeitos linguísticos são capazes de compreender e de comunicar sen-

(18) Ver Anscombe, G.E.M. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. 4ª edição. London, Hutchinson University Library, 1971, p. 64-78.

Ver também a defesa da afirmação de que o quadro já é uma proposição em:

(i) Schwyzer, H.R. "Wittgenstein's Picture – Theory of Language".

(ii) Shwayder, David. "On the Picture Theory of Language:

Excerpts from a Review". in *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Editado Irving Copi & Robert Bernard, London, Routledge & Kegan Paul, 1966, p. 271-288 e 305-312, respectivamente.

(iii) Rhees, Rush. "Miss Anscombe on the Tractatus" in *Discussions of Wittgenstein*. London, Routledge & Kegan Paul, 1970, p. 1-15.

tidos, é em razão da função pictorial, descritiva, da proposição. O uso de uma representação não só descreve um estado de coisas, como, em razão desta descrição, torna possível a ação comunicativa. E se a linguagem tem este poder de criar sempre novos sentidos é porque a representação não supõe a existência, mas apenas a possibilidade.

A teoria pictórica é também uma solução original para o tradicional problema do sentido e da referência (19). Só um fato representa, isto é, só a proposição, compreendida como uma frase descritiva projetada no mundo, tem sentido. Um signo isolado só é nome no contexto da proposição, e a sua função na frase significativa é a de identificar o objeto. Regras convencionais determinadas pela Relação Pictorial permitem associar na frase o signo ao objeto. Regras lógicas (Forma Pictorial) permitem exprimir a conexão dos objetos pela conexão lógica dos nomes. Sentido e Referência mostram assim este duplo aspecto das regras semânticas que permitem transformar um fato numa frase significativa.

Portanto, nomear e descrever aparecem como duas atividades complementares da única função da linguagem tematizada no *Tractatus* isto é, a função assertiva, que restringe a realidade a duas alternativas: o sim e o não, o verdadeiro e o falso (Pr. 4.023).

Mas o *Tractatus* não procura apenas mostrar as condições que os enunciados declarativos devem satisfazer, propõe-se também a uma crítica da linguagem, linguagem que na expressão sugestiva de Wittgen veda (*verkleidet*) o pensamento. De fato, este livro contrapõe uma linguagem correta, cujas condições acabam de ser explicitadas, a uma linguagem ambígua. A maneira de exercer o seu método de elucidação e crítica consiste em submeter a linguagem ambígua às regras de uma gramática lógica que governa a linguagem correta. Um dos

(19) Eis uma divergência importante com as idéias de Frege expostas nos célebres artigos "Função e Conceito" e "Sobre o Sentido e a Referência", e também com as de Russell. O nome só tem referência, e a referência é o seu significado. Por outro lado, só no contexto da frase, um signo é um nome. Desaparece assim a noção do nome como símbolo completo essencial à teoria de Russell. Ver em especial:

- (i) Frege, Gottlob - *Lógica e Filosofia da Linguagem*. (Tradução P. Alcofado). São Paulo. Editora Cultrix, 1978, p. 36-36.
- (ii) Russell, Bertrand e Whitehead, Alfred. *Principia Mathematica (to 56)*. Cambridge, University Press, 1969, p. 66-70.
- (iii) Russell, Bertrand. *Introduction to Mathematical Philosophy*. New York, A. Touchstone Book, p. 167-180.

princípios fundamentais desta gramática é o da substituição na frase do signos pelos objetos (Pr. 4.0312).

A ambigüidade, na linguagem natural por exemplo, reside, entre outras razões, nos diferentes modos de designação, seja que um mesmo signo é usado para diversas designações, usado portanto como diferentes símbolos, seja que diferentes signos são usados como um mesmo símbolo (Pr. 3.322 e 3.323). Estas ambigüidades seriam superadas se cada signo estivesse no lugar de um e somente de um objeto. Fixada convencionalmente a designação do signo, e estabelecida as regras lógicas de conexão dos símbolos segue-se por necessidade a descrição do estado de coisas.

A oposição entre linguagem correta e linguagem ambígua corresponde, entre outras coisas, à oposição da univocidade à equívocidade do sentido.

Se por razões puramente lógicas poder-se-ia aceitar a existência, sobretudo numa linguagem ideal, de proposições elementares, estas ganham contornos bem precisos na linguagem correta graças à univocidade do sentido. Com efeito, uma proposição elementar é uma conexão de nomes. E nomes são signos simples. Se numa proposição elementar não ocorressem somente signos simples, o sentido desta proposição seria revelado por outras proposições. Se não se encontrasse nesta regressão uma proposição realmente elementar, haveria uma indeterminação do sentido e assim impossibilidade de se obter uma descrição do mundo. Diz Wittgenstein: "Postular a possibilidade dos signos simples é postular a determinabilidade do sentido" (Pr. 3.23).

Por outro lado, não só os signos, mas também os seus correlatos, os objetos, devem ser simples. A argumentação aqui se repete; se uma proposição tratasse de complexos o seu sentido só poderia ser determinado através de outras proposições que designassem as partes constituintes destes complexos. Se a análise regressasse ao infinito, novamente não se poderia descrever o mundo face à indeterminabilidade do sentido. "Cada asserção sobre complexos deixa-se dividir numa asserção sobre suas partes constituintes e naquelas proposições que descrevem inteiramente tais complexos" (Pr. 20201).

A exigência da univocidade do sentido conduz assim a teoria da linguagem do *Tractatus* a postular a existência de proposições elementares que são conexões de nomes, signos simples, cujos correlatos são objetos simples. Os objetos simples, substâncias do mundo (Pr. 2021)

imutáveis e subsistentes (Pr. 2.027), e com tantas outras propriedades caras à ontologia tradicional, são a consequência e o fundamento da tese da univocidade. Se a teoria da linguagem apresentada no *Tractatus* não pressupõe uma teoria do real, ela termina por introduzir aquilo que a linguagem correta, que o próprio *Tractatus* pacientemente elaborara, procurara banir: a filosofia como teoria e não como análise lógica da linguagem.

A peripécia do *Tractatus* talvez nos sugira que uma filosofia da linguagem quando regida exclusivamente por análises lógicas, que não levam em consideração as intenções do locutor, as circunstâncias da enunciação, as reações do ouvinte, corre o risco de encontrar como seu fundamento afirmações especulativas, tão mais estranhas quando se aprende que estes enunciados não podem ser formuladas numa linguagem correta submetida ao rigor da análise lógica. O abandono do *Tractatus* à arqueologia encontra assim suas razões.